



## PODER

# Lula acena com alívio financeiro para cidades

Na Marcha dos Prefeitos, em Brasília, presidente anuncia uma série de medidas voltadas aos municípios, entre as quais, desoneração da folha e novas regras para a renegociação das dívidas previdenciárias e pagamento de precatórios

» VICTOR CORREIA  
» RAPHAEL PATI

Na abertura da Marcha dos Prefeitos, ontem, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou uma série de medidas para os municípios. Entre elas, estão novas regras para a renegociação das dívidas previdenciárias e pagamento de precatórios. O chefe do Executivo também destacou o acordo para manter a alíquota atual, de 8%, sobre a folha de pagamentos. A volta da oneração de 20% foi suspensa, na semana passada, por 60 dias, após decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF). A manutenção dos 8% em 2024 e a volta gradual da oneração nos próximos anos devem ser incluídas no Projeto de Lei 1.847/2024, de autoria do senador Efraim Filho (União-PB) e que será relatado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Lula pediu urgência à base governista para a aprovação da matéria. "Temos, no máximo, 60 dias para votar esse projeto de lei", frisou.

O presidente foi recebido no evento com um misto de aplausos e vaias. No discurso, enfatizou que não leva em consideração a filiação partidária ao anunciar medidas para as cidades.

A desoneração da folha é a pauta principal entre as demandas das prefeituras. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) defende a aprovação de uma emenda à PEC 66, que prevê o escalonamento da tributação: 10%, em 2025; 12%, em 2026; e 14%, em 2027.

"Como é que um clube de futebol paga 5% de Previdência patronal? Os filantrópicos não pagam nada. O Simples Nacional não paga. As igrejas não pagam. E o município é uma empresa? Por que nós, que prestamos serviço à sociedade, temos que pagar 22%?", indagou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Ricardo Stuckert/PR



Lula foi recebido com um misto de aplausos e vaias e disse que o governo não leva em consideração o partido do prefeito, mas o problema da cidade

### Dívidas

Lula anunciou que o governo vai apresentar regras para o financiamento de dívidas previdenciárias e precatórios, com novo prazo para o financiamento, negociação de juros e teto máximo do comprometimento da receita corrente líquida.

Ele disse que orientou a bancada governista a votar a favor do Projeto de Lei Complementar 459/2017, que prevê a securitização das dívidas da União, dos governos estaduais e dos municípios. Com a medida, que tramita com urgência, os entes poderão vender os direitos creditórios à iniciativa privada, adiando o recebimento de parte dos valores. Segundo o chefe do

Planalto, o governo estima uma arrecadação de até R\$ 180 bilhões com o projeto.

O discurso do petista incluiu a defesa de uma boa relação entre o governo federal e as prefeituras. Segundo o presidente, nenhuma outra gestão tratou os gestores "com o carinho e o respeito que nós tratamos".

O chefe do Planalto também apelou para que os prefeitos mantenham relações cordiais durante os pleitos municipais. "Não permitam que as eleições, neste fim de ano, façam com que vocês percam a civilidade. Este país está precisando de civilidade, de harmonia, de muito mais compreensão", declarou.

Em relação à calamidade no Rio Grande do Sul, Lula iniciou

seu discurso pedindo um minuto de silêncio em respeito às vítimas. E destacou a necessidade de investimento na adaptação climática. "O que nós fizemos no Rio Grande do Sul não é só para o Rio Grande do Sul. Qualquer crise climática que tiver em algum estado, nós estamos obrigados a fazer igual ou melhor do que fizemos no Rio Grande do Sul", ressaltou.

Por sua vez, Paulo Ziulkoski comemorou as medidas anunciadas por Lula. "Conseguimos vários avanços. Só agora, neste último período, nós aumentamos 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e isso são R\$ 8 bilhões para os municípios, que estão sendo pagos em setembro. Houve uma

### » Haddad: medidas de compensação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas para compensar a perda arrecadatória com a prorrogação da desoneração da folha dos 17 setores e dos municípios em 2024 devem ser divulgadas nesta semana. Os textos já foram remetidos à Casa Civil. Ele reforçou que não está no plano usar a taxa de compras internacionais de até U\$ 50 para compensar a perda de receita com desoneração, até porque o valor "é muito menor", afirmou ele.

compreensão do Congresso Nacional, e apoio do próprio governo na construção", ressaltou.

Apesar de o cenário financeiro ser desafiador, a pauta mais urgente para os municípios é o enfrentamento aos danos causados por desastres naturais. O presidente da CNM defendeu a criação de um Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, que seria formado com 3% dos recursos arrecadados por todos os entes da Federação pelo Imposto de Renda, e de um Consórcio Nacional de Municípios para lidar com temas "imediatos".

### Pacheco e Lira

Um dos participantes do evento, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou a importância de debater questões mais caras aos municípios, como o pagamento de precatórios e dívidas das prefeituras.

"Considero que temos toda a condição de entabularmos, junto com a CNM, com o governo federal e com o Congresso Nacional, para resolver o problema da dívida previdenciária dos municípios, com alongamento do parcelamento, com redução de juros e com limitação da parcela num percentual da receita corrente líquida dos municípios", destacou.

Também presente na Marcha, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ser possível encontrar uma solução que permita ao governo recompor as contas públicas e às prefeituras desafogar seus caixas.

"Defendo, claro, que se faça chegar a um consenso que permita, de um lado, as prefeituras ganharem um fôlego maior para se recuperar dos custos pós-pandemia. E, de outro, a necessidade de o governo fazer o ajuste fiscal", ressaltou. Ele elogiou a atuação de Pacheco nas discussões sobre a desoneração. Chamou o parlamentar de "lutador".

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Marcha dos Prefeitos é largada pré-eleitoral

Não foi à toa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido na Marcha dos Prefeitos com um misto de vaias e aplausos. O evento ocorre num ano eleitoral, no qual governo e oposição se digladiam em busca de apoios políticos e votos. Prefeitos em dificuldades financeiras e eleitorais gostam de terceirizar seus problemas e transferir responsabilidades. Se as dificuldades de Lula com o Congresso resultam do fato de que o PT somente elegeu 70 deputados, em todo o país, o partido de Lula, nas eleições de 2020, elegeu 183 prefeitos e 258 vice-prefeitos, num universo de 5.567 municípios.

Os cinco partidos que mais elegeram prefeitos foram MDB (772), PP (680), PSD (649), PSDB (512) e DEM, hoje União Brasil

(459). Das 95 cidades com mais de 200 mil eleitores no país, o PSDB venceu a eleição em nove delas, seguido de MDB (6), DEM e PSD (5), PP (4) e PL (2). Cidadania, PDT, Podemos, PSB, PSC e Solidariedade elegeram um prefeito cada. Entretanto, com a eleição de Lula, em 2022, para seu terceiro mandato na Presidência, inicia-se um processo de migração de prefeitos de outras legendas para o PT. O partido conta, agora, com 265 prefeituras.

Os maiores índices de migração aconteceram em cidades do Nordeste. No Ceará, de 18 eleitos, em 2020, agora são 45 prefeituras. Piauí, onde o PT elegeu 24 prefeitos, atualmente conta com 51. E a Bahia, que saltou de 32 para 49. Embora de

forma mais modesta, também houve avanço no Sudeste. São três novas prefeituras em Minas Gerais, que agora tem 31, e outras duas no Rio de Janeiro, que passou a ter três cidades governadas por petistas.

Reverte-se um processo de profundo declínio, iniciado em 2012, quando PT elegeu 644 prefeitos, em meio à Lava-Jato. Com a turbulência política no país a partir de 2013, três anos depois, viu a representatividade cair para 256 eleitos. Em 2020, reduziu ainda mais sua representação nas prefeituras, com apenas 183 eleitos. Ou seja, mesmo presentes, os petistas são poucos em relação aos 3 mil prefeitos que comparecem ao evento, que reúne cerca de 10.500 pessoas, entre as quais vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores, e só termina amanhã.

A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios contou também com a participação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que estão com o prestígio em alta por causa da queda de braço com Lula na questão das desonerações fiscais. Encontros de prefeitos sempre foram momentos difíceis para presidentes da República, ainda mais em ano eleitoral, quando o evento praticamente dá a largada geral para a disputa.

Neste ano, por causa dos vetos às desonerações da folha de pagamento com a Previdência dos pequenos municípios, Lula enfrentou uma plateia ainda mais difícil, embora seja um craque em reuniões desse tipo. Sabe lidar com vaias e administrar ambientes adversos para sair por cima, graças à experiência dos agitados tempos sindicais. Não foi para o encontro de mãos vazias. Além de levar os ministros diretamente envolvidos com assuntos municipais, anunciou a renegociação de dívidas previdenciárias das prefeituras e pediu que as eleições municipais deste ano não causem a perda da civilidade entre adversários.

### Ente federado

Antes, a legislação determinava para as prefeituras a cobrança de 20% sobre os salários dos funcionários. No ano passado, os parlamentares aprovaram a redução para 8%, para cidades com até 156 mil habitantes, o que virou lei. Isso vale. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, durante o evento, pôs o sarrafo ainda mais alto: defendeu a alíquota previdenciária reduzida no salário dos funcionários para todas as prefeituras. Lembrou que clubes de futebol e igrejas têm tributação inferior: "Por que nós, que prestamos serviço à sociedade, temos que pagar 22%?".

O pano de fundo do litígio são as dívidas das prefeituras devido à pandemia. O presidente da Câmara, Arthur Lira, defendeu um "consenso" entre o governo federal e os gestores, no qual as prefeituras ganhariam fôlego para se recuperar e o governo federal faria "o indispensável ajuste fiscal". Diante do risco de acirramento das divergências,

Ziulkoski destacou que o evento reúne prefeitos de todos os espectros políticos e que o objetivo da marcha é promover a relação entre os entes federativos.

Desde a Constituição de 1988, os municípios são entes federados, que têm autonomia e podem se relacionar diretamente entre si, formando consórcios, e estabelecer vínculos diretos com o governo federal, sem a mediação dos governadores, o que não acontecia antes, quando tudo passava pelos governos estaduais.

Em algumas áreas, têm atuação fundamental, com recursos carimbados do governo federal, como na Educação (ensino infantil e fundamental) e Saúde (o Samu atende 101 milhões de brasileiros, e o programa Saúde da Família, 90 milhões). Os municípios têm a titularidade dos sistemas de saneamento e da iluminação pública. Como estamos vendo agora em São Paulo, a privatização da Sabesp, por exemplo, precisa de aprovação dos municípios para ser efetivada em nível local pelo governo paulista.